
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LUANA GOMES DE ALMEIDA

**DE REPENTE, ENTRE A CARREIRA E A
FAMÍLIA!**

Políticas inclusivas para a conciliação entre a
maternidade e os estudos de graduandas na
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RIO CLARO – SP

2023

LUANA GOMES DE ALMEIDA

DE REPENTE, ENTRE A CARREIRA E A FAMÍLIA!

Políticas inclusivas para a conciliação entre a maternidade e os estudos de graduandas na Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Joyce Mary Adam

Rio Claro – SP

2023

A447r	Almeida, Luana Gomes de De repente, entre a carreira e a família! : políticas inclusivas para a conciliação entre a maternidade e os estudos de graduandas na Universidade Estadual Paulista (Unesp) / Luana Gomes de Almeida. -- Rio Claro, 2023 32 p. : tabs. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Joyce Mary Adam 1. mães universitárias. 2. maternidade e estudos. 3. políticas inclusivas da Unesp. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUANA GOMES DE ALMEIDA

DE REPENTE, ENTRE A CARREIRA E A FAMÍLIA!

Políticas inclusivas para a conciliação entre a maternidade e os estudos de graduandas na Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

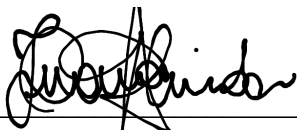
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Joyce Mary Adam (orientador)

Prof. Dra. Raquel Fontes Borghi

Prof. Dr. Rinaldo Correr

Aprovado em: 06 de Novembro de 2023



Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por me dar uma segunda chance. Não era para eu estar aqui fazendo essa pesquisa... foram tantas dificuldades, tanto choro, tantas noites sem dormir e nunca me senti só, pois eu sei que sempre esteve comigo.

Esta pesquisa é para você, meu filho Heitor! Nunca deixou de lutar pela vida e, mesmo com tantos riscos, nunca deixou de sorrir. Você é um guerreiro e me deu toda força necessária para continuar.

Agradeço aos meus Pais, que me acolheram e foram minha rede de apoio para terminar os estudos. A minha mãe que sempre foi uma fonte de inspiração e força, não me deixou desistir e segurou a minha mão até o fim.

Agradeço a minha querida amiga Isadora, que me apoiou nessa dura jornada, ficou comigo do início ao fim, enfrentou comigo todos os tempos difíceis.

As minhas tias Sandra e Silmara por serem minha rede de apoio, ficando com o Heitor para eu poder estudar.

A minha avó Odeide sempre presente em minha vida, sempre me ajudando no necessário.

Agradeço também a professora Áurea, que me acolheu no primeiro instante, abraçou minhas dores e me mostrou o caminho a seguir, a Elaine que foi minha rede de apoio, sempre presente. Gratidão a professora Luciana Fleuri da COPE, por me receber, responder minhas dúvidas e juntas organizar minhas ideias. Agradeço a Karina supervisora do CCI, por me receber na unidade, me apresentar na unidade, tirar dúvidas e apresentar documentos.

Agradeço à minha orientadora Joyce, que me acolheu no último minuto e clareou minhas ideias para o fim dessa pesquisa

As inúmeras alunas do curso de pedagogia que me acolheram e me ajudaram em diversas situações.

A coordenação do curso de pedagogia por compreender e abraçar minha causa.

Ao Elton da seção técnica de graduação por sempre tirar minhas dúvidas e me ajudou com o necessário para voltar à universidade.

Agradeço a todas as mulheres e mães que me acolheram e juntas me ajudaram a terminar essa pesquisa, gratidão a vida de vocês.

Quando eu não conseguia me mexer
foram mulheres
que vieram me banhar os pés
até eu voltar a ter forças
para me levantar
foram mulheres
que me nutriram
para eu voltar a viver

(Rupi Kaur)

RESUMO

Olhando para os fenômenos “mães universitárias” e “políticas inclusivas relacionadas a maternidade”, ainda há muito o que se discutir e explorar. Esta pesquisa buscou compreender a invisibilização das mães graduandas e suas necessidades dentro de uma instituição de ensino, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), analisando vivências estudantis estritamente relacionadas à opressão feminina quanto à seletividade das políticas e permanência estudantil. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na forma de estudo de caso de uma universidade, que envolve tanto um levantamento de dados quantitativos, quanto a análise documental referente às políticas de assistência e permanência estudantil que mencionem a universitária na condição de mãe direta ou indiretamente. Para a elaboração, realizou-se um levantamento de pesquisas acerca das políticas de permanência estudantil na UNESP e vivências de mulheres/mães graduandas. O interesse pelo assunto surgiu a partir de experiências pessoais da pesquisadora que vivenciou a interrupção da graduação ao se deparar com a maternidade e inúmeras dificuldades relacionadas à temática. A justificativa para a realização da pesquisa é refletir cientificamente sobre as políticas disponibilizadas pela instituição. Conclui-se que as políticas de auxílio da UNESP são pobres e pouquíssimas vezes contemplam especificamente as mulheres/mães. Além das dificuldades maternas encontradas pelas mulheres, existem poucas reflexões e, principalmente, ações que facilitem o acesso das mães à universidade.

Palavras-chave: mães universitárias; maternidade e estudos; políticas de inclusão da UNESP.

ABSTRACT

Looking at the phenomena “university mothers” and “inclusive policies related to motherhood”, there is still a lot to discuss and explore. This research sought to understand the invisibility of undergraduate mothers and their needs within an educational institution, the Universidade Estadual Paulista (UNESP), analyzing student experiences strictly related to female oppression regarding the selectivity of policies and student retention. This is qualitative research, in the form of a case study of a university, which involves both a survey of quantitative data and documentary analysis regarding student assistance and permanence policies that mention the university student as a direct mother, or indirectly. For the preparation, a survey of research was carried out on student retention policies at UNESP and the experiences of undergraduate women/mothers. The interest in the subject arose from the personal experiences of the researcher who experienced the interruption of her graduation when faced with motherhood and numerous difficulties related to the topic. The justification for carrying out the research is to reflect scientifically on the policies made available by the institution. It is concluded that UNESP's aid policies are poor and very rarely specifically address women/mothers. In addition to the maternal difficulties encountered by women, there are few reflections and, mainly, actions that facilitate mothers' access to university.

Keywords: university mothers; motherhood and studies; UNESP inclusion policies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O OLHAR DA ACADEMIA PARA AS MÃES UNIVERSITÁRIAS	13
3. AS NORMAS PARA INCLUSÃO DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS NA UNESP	18
3.1. AUXÍLIOS FINANCEIROS E MORADIA	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5. REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

Lutamos para o momento em que toda garotinha que nascer tenha uma oportunidade igual a dos seus irmãos. Não subestimem o poder das mulheres de definir os nossos destinos (AS SUFRAGISTAS, 2015).

Este trabalho situa-se no âmbito do fenômeno da opressão feminina, percebendo-o como um complexo de relações econômicas, sociais, históricas e culturais cujas consequências atingem negativamente não só as mulheres, mas toda a sociedade (TOLEDO, 2001). Considera-se tais relações como permeadas por relações de gênero violentas e produtoras de desigualdades sociais no trabalho, na formação e outros aspectos da vida humana. Nesse panorama, chama atenção a questão sensível da afirmação do direito à maternidade. Assim, a temática central desse TCC refere-se às condições sociais dadas, que permitem ou não a afirmação dessa maternidade pela existência ou não do amparo e do reconhecimento da mulher enquanto mãe e profissional.

Toledo (2021) compreende a maternidade como “fonte de prestígio feminino” (p. 59) e, concomitantemente a isso, nos aproximamos da ideia de direito humano à família que compete aos homens e mulheres, independentemente de gênero, raça, idade, condição social.

Hirata (2002), Toledo (2001), Saffioti (2013) analisam a complexidade da associação entre a maternidade, a família, aproximando-a à invisibilização do trabalho feminino no lar e suas consequências para a reprodução do próprio capitalismo, na medida em que as “donas de casa” e as “empregadas domésticas” são as responsáveis pela manutenção de condições de trabalhadores e trabalhadoras para a venda de sua força de trabalho diariamente. Isto se dá por meio do trabalho importante para a reprodução da força de trabalho, o qual não é remunerado, embora contribua para a produtividade dos trabalhadores e, assim, promove o lucro advindo da exploração da força de trabalho (MARX, 1980).

Assim, nossa hipótese é que tal situação contribui para que as políticas para fomentar a formação profissional, acadêmica das mulheres não considera a relevância das necessidades específicas das mães, nem no âmbito do ministério do trabalho, nem da educação, ocasionando a minimização de políticas para esse público em todas as instituições.

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso consistiu no estudo de caso do oferecimento, por parte da UNESP, de condições para a permanência na graduação para estudantes do sexo feminino que se tornam mães antes da conclusão dos estudos e passam a demandar da universidade apoio na forma de creches, auxílios para alimentação, assistência psicológica, dentária, médica, paramédica, locais para amamentação e outras demandas.

Assim, tem como problematização a questão se tal instituição ratifica a invisibilização das necessidades específicas das mães universitárias na UNESP ou se é evidente a atenção às especificidades da estudante do sexo feminino, na condição de mãe, no âmbito das legislações que regulamentam as políticas internas de assistência e permanência estudantil.

Portanto, o objetivo foi analisar a hipótese da invisibilização das mães graduandas e suas necessidades, nos documentos que registram as decisões políticas referentes à permanência e assistência estudantil na universidade em estudo, nas normas e, assim, analisar eventuais manifestações da opressão feminina quanto à seletividade das políticas e permanência estudantil, que produzem “apagamentos” das especificidades das graduandas que se tornaram mães, como a submissão às múltiplas tarefas para conciliação da vida familiar e a graduação, tendo a maternidade como referente.

O presente tema foi pensado em decorrência da própria experiência de vida da pesquisadora. Ao ficar grávida no final da graduação, teve que se ausentar da universidade por diversas dificuldades. Além das dificuldades encontradas por diversas mulheres no período gestacional, o parto prematuro de 37 semanas decorrente da síndrome de Hellp foi um forte agravante, resultando na hospitalização da mãe/pesquisadora durante 15 dias na UTI e na hospitalização do bebê durante 41 dias na UTINeo. Durante este período, a síndrome de Hellp acometeu a pesquisadora em edema pulmonar, infecção generalizada e paralisção dos órgãos. No bebê, ocasionou hidrocefalia e paralisia cerebral.

Apesar de muitas dificuldades encontradas pelo caminho, o sonho de concluir o curso universitário ainda se manteve vívido e tão forte quanto nunca, porém foi necessário aguardar e encontrar espaços para receber ajuda e acesso aos espaços. Para concluir a graduação, se fez necessário contatar professores que abraçaram a causa e abriram um espaço acolhedor, além de permitir uma vivência inclusiva, buscando novas políticas dentro da universidade, permitindo que a pesquisadora pudesse continuar e, conseqüentemente, concluir os estudos.

Realizamos um breve balanço das políticas de permanência estudantil na UNESP que poderá contribuir para subsidiar a criação de políticas de permanência que considerem as especificidades da graduanda do sexo feminino, caso isto se constate como uma necessidade.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na forma de estudo de caso de uma universidade, que envolve tanto um levantamento de dados quantitativos, quanto a análise documental referente às políticas de assistência e permanência estudantil que mencionem a universitária na condição de mãe direta ou indiretamente, ofereça aportes para que ela possa conciliar a construção da vida familiar e seguir estudando. O *corpus* de análise foi o documento histórico dos Centros de Convivência Infantil (doravante CCIs), o aplicativo UNESP mulheres, o

modelo de edital UNESP para oferecimento de vagas para crianças de quatro meses a seis anos, sob responsabilidade de professores, alunos e funcionários da UNESP; a legislação da Moradia Estudantil da UNESP; o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP; o regulamento para a Assistência e Permanência Estudantil da UNESP. Além dos documentos, analisamos os dados quantitativos do número de CCIs da UNESP, bem como as vagas destinadas às crianças sob responsabilidade de *unespianos* de cada um dos três segmentos: alunos, funcionários e docentes.

Os procedimentos de pesquisa foram o levantamento, a leitura e o fichamento de bibliografia sobre o tema para construirmos a reflexão teórica na forma de texto escrito dissertativo, a partir das leituras, sob supervisão da orientadora. Isso possibilitou um contato mais profundo com o tema e suas polêmicas. Os recortes de pesquisa foram as normas da UNESP no âmbito da reitoria, referentes à assistência e permanência estudantil, com ênfase nas medidas dirigidas às mães universitárias.

Foram analisados dois grupos de dados: informações sobre medidas dirigidas especialmente às mães graduandas e medidas gerais que elas utilizam para facilitar a vida universitária e melhorar condições de estudo.

Para fins de análise, os dados colhidos foram sistematizados em gráficos, mapas e tabelas, comparados quanto ao número de creches da UNESP e localização nos campi; períodos de funcionamento e número de filhos de universitárias atendidas; levantamento dos refeitórios que recebem mães universitárias e filhos para refeições e períodos de funcionamento e sobre ocorrências de mães/filhos utilizarem serviços psicológicos oferecidos pela UNESP; projetos de extensão para beneficiar mães universitárias.

A pesquisa resultou no presente texto, dividido em introdução, seção de revisão de bibliografia onde se destacam o referencial teórico adotado, assim como uma síntese das pesquisas relacionadas com o tema das políticas públicas para mães universitárias graduandas da UNESP, seção de análise das normas, da qual destacamos as normativas disponibilizadas pela universidade, seção da apresentação e análise dos dados quantitativos e considerações finais.

2. O OLHAR DA ACADEMIA PARA AS MÃES UNIVERSITÁRIAS

Segundo dados do Censo-IBGE (2000), 8,81% das mulheres que cursam o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos, têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos. Já em 2019 Quanto mais jovens as mulheres, maior é o acesso ao nível superior. No grupo de 25 a 34 anos, 25,1% das mulheres tinham nível superior e 18,3% dos homens. Já na faixa entre 35 e 44 anos, as taxas são de 24,4% e 17,3%, respectivamente. No grupo de 45 a 54 anos, 19,4% das mulheres tinham nível superior e 13,8% dos homens. Entre 55 e 64 anos, os índices são de 15,5% e 13%, respectivamente, mostrando uma distância menor, também em função da realidade diferente do passado. Segundo a FGV (2019) 53,9% das mulheres que ingressam em universidades, mas apenas 59,9% dessa porcentagem se forma. As mulheres já chegaram a somar 3,4 mil concluídos em cursos de graduação.

Tais dados evidenciam as demandas por políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mercado. Tal questão deve ser motivo de discussão e investimento, por parte das universidades, que hoje também passam por mudanças, precisando redefinir o alcance da assistência estudantil e inovar as políticas de ações afirmativas para mulheres mães nas universidades brasileiras, isso nos permite afirmar que atualmente, é necessária a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas que atendam as demandas das mães universitárias em sua integridade, como parte de um esforço de democratização do ensino superior.

Um breve levantamento no “Google acadêmico”, das pesquisas mais recentes sobre o tema revelou que há produções ricas sobre o assunto, predominando os estudos de caso, no sentido de oferecerem subsídios para a presente investigação de iniciação científica. Nesse sentido, destacamos a dissertação de Saalfeld (2019) sobre as relações entre a universidade e as mães universitárias, sob a mediação da política de auxílio infância na Universidade Federal do Rio Grande, em que a autora conclui que políticas como o REUNI e o PNAES foram efetivas para a inclusão social da classe trabalhadora na Universidade, porém não garantiu as condições específicas para mães universitárias assegurarem tanto o direito à maternidade, quanto à formação universitária. Esta pesquisa tem o diferencial de articular o estudo de um caso com políticas federais, tornando-a uma referência interessante para nosso estudo. Ao argumentar a invisibilidade das mulheres e suas necessidades especiais nas políticas de permanência e assistência estudantil, a autora destaca a visibilidade dada às crianças.

Carvalho (2020), em sua dissertação, lança um olhar para as políticas, práticas e discussões interessantes que se desenvolvem na vida universitária, além de propor uma

discussão sobre a maternidade não planejada na juventude e suas consequências à vida acadêmica.

Simão *et al.* (2020) analisam os conflitos vivenciados por mulheres de alta escolaridade, em função da maternidade, e concluem que:

[...] embora a maternidade seja um acontecimento desejado e valorizado, a decisão dessas mulheres não é isenta de dúvidas em relação às dificuldades para conciliar um filho com o desejo de liberdade e crescimento profissional [...] (SIMÃO *et al.*, 2020, p. 1).

Sendo assim, os resultados chamaram nossa atenção ao fato de que, para além dos problemas objetivos da maternidade haveria, ainda, questões subjetivas, que extrapolam os recortes desta investigação, mas não podem deixar de ser consideradas ao analisar as legislações e medidas de prevenção da evasão escolar.

Amorin (2012) fez um levantamento com 62 mães universitárias e evidenciou aspectos importantes que devem ser levados em consideração ao se pensar políticas universitárias de assistência e permanência estudantil, para atenuar as penas decorrentes da conciliação entre o trabalho, os estudos e a maternagem, a dependência de parentes para o cuidado com as crianças enquanto estudam, trabalham e cuidam do lar; o sentimento de culpa e outros problemas que ameaçam a permanência dessas mulheres na universidade.

Silva e Guedes (2020) apresentam em seu artigo as condições e dificuldades de permanência de estudantes universitárias:

[...] Os desafios à permanência de estudantes que são mães e cuidadoras na universidade na conciliação entre maternidade e vida acadêmica: dificuldade em solicitar regime de exercícios domiciliares; baixo acesso a creches públicas e ausência de condições econômicas para buscar tal serviço na rede privada, dificuldades em acompanhar o fluxo dos respectivos cursos; resistência por parte de docentes as estudantes que necessitam levar sua criança a sala de aula; incompreensão, pelos docentes, da sobrecarga de atividades e do número de ausências; discriminações praticadas pela comunidade acadêmica, sobretudo os discentes; ausência de salas acessíveis destinadas a amamentação e a cuidados básicos (algumas estudantes relataram realizar a troca de fraldas em carrinhos, bancos e mesas nos corredores); ausência afetiva por parte dos genitores; ausência da rede de apoio; distância entre a residência e a universidade; gravidez de risco; perseguição paterna: depressão pós-parto; trancamento do semestre em decorrência da sobrecarga; e impossibilidade de conciliar o puerpério e às atividades acadêmicas. [...] (SILVA; GUEDES, 2020, p. 474).

As mulheres passaram a ocupar diversos espaços, como vendedoras de forças de trabalho de suma importância para a economia e controle do Estado, mas não são pensadas e nem oferecidas as condições necessárias para que possam vivenciar a maternidade conciliando-a com as aspirações profissionais. A sociedade foi socialmente construída de

forma patriarcal e majoritariamente sexista atribuindo à maternidade um dever “sagrado” da mulher. Scavone (2001) nos aponta que o fenômeno biológico da maternidade é constituído pela dinâmica de interesses políticos, econômicos, sociais e também psicológicos.

Fabro e Heloani (2010) explicam que as relações entre homens e mulheres estão inseridas num mundo complexo de valores, símbolos e significados, desenvolvendo desigualdades e uma relação de poder, baseando-se em hierarquias criadas socialmente de maneira simbólica, como a submissão da mulher ao homem.

Para Urpia e Sampaio (2009) a sociedade tem enraizada valores patriarcais, estruturada em torno de um processo histórico de dominação masculina e subordinação feminina. Desde os primórdios da sociedade, a figura masculina foi vinculada a força e virilidade, enquanto a feminilidade limitou-se a tarefas frágeis e que demandam cuidados específicos, como cuidar dos filhos, limpar a casa, fazer comida, ou seja, sempre tarefas vinculadas a domesticidade. Além disso, o patriarcado limitou o conhecimento feminino, visto que sequer as meninas podiam frequentar escolas e, em outras palavras, somente os homens eram considerados detentores de sabedoria.

O ambiente acadêmico ainda tem traços enraizados na cultura patriarcal, machista e desigual. Podemos constatar os grandes passos que as mulheres tiveram ao longo das décadas, porém existe um silenciamento quando não há espaço para um debate sobre mães universitárias.

Segundo Mesquita *et al.* (2019) a marginalização da mulher auxilia para manter um padrão de equilíbrio do sistema capitalista, o ambiente acadêmico que, inicialmente, não foi feito para mulheres e que por muito tempo foi negado

[...] Os traços da cultura patriarcal enraizada na sociedade, perpassam diversas áreas da vida social e estão inclusive, presentes nas universidades, que são espaços que refletem fatores discriminatórios e excludentes do mundo interno e externo a elas. Num ambiente competitivo, como tornou-se o ambiente acadêmico, o sexo acaba por se constituir como um mecanismo que traz desvantagens para as mulheres, quando fica evidenciando que é sobre elas que recaem as tarefas de conciliar a maternidade com a rotina acadêmica e, em boa parte das vezes, também com a atividade profissional, enfrentando duplas e/ou triplas jornadas [...] (MESQUITA *et al.*, 2019, p. 5).

Mesquita *et al.* (2019) expõem as diversas dificuldades encontradas pelas mulheres para a entrada no mundo público, desde o nascimento, sendo consideradas como “seres frágeis” que necessitam de proteção masculina, onde essa proteção se apropria de seus corpos e da vida das mulheres, baseando em um sentimento de poder e propriedade, trata-se do mito da fragilidade feminina.

Saffioti (1978) aponta que, a partir da produção do conceito de fragilidade feminina expõe a dominação denominada sob a forma de proteção:

[...] sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de famílias patriarcais sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família [...] (SAFFIOTI, 1978, p. 17).

Segundo Scavone (2001), “a maternidade ainda separa as mulheres socialmente dos homens e pode até legitimar, em determinados contextos, a dominação masculina” (p. 150), principalmente quando essa experiência tem ligação com a formação acadêmica quando a mulher se torna mãe. De fato, estudos sobre processos de conciliação entre maternidade e a vida acadêmica confirmam desvantagens para as mulheres quando estas se tornam mães nos primeiros anos da sua carreira que se observa no cotidiano da vida pública das mulheres, pois em nossa cultura ainda recaem nelas as responsabilidades dos cuidados parentais (URPIA; SAMPAIO, 2009). Pesa sobre a mãe universitária essa grande responsabilidade de cuidado com a criança pequena, solidariamente a partir disso, surgem necessidades como o compartilhamento do cuidado parental que libere tempo para dedicação aos estudos a segurança do filho pequeno na ausência da mãe, espaços e tempos permitidos para amamentação durante a jornadas de estudos, como já ocorre nas jornadas laborais, conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho.

Aquino (2018) defende a liberação parcial da mulher de suas tarefas de maternidade para proporcionar o exercício político, social e cultural, uma vez que a maternidade não é o eixo da identidade feminina. A conciliação entre maternidade e gênero feminino é uma ideologia que justifica não só as ideias de enclausuramento da mulher à vida doméstica, mas também a perseguição e morte de mulheres trans, que não geram filhos numa sociedade democrática.

[...] estando a sociedade interessada no nascimento e a socialização de novas gerações como uma condição de própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres (SAFFIOTI, 1978, p. 17).

No contexto de sociedade democrática as reivindicações das mulheres, em especial as mães universitárias, o conjunto das necessidades expressas em reivindicações tem se tornado cada vez mais bem sistematizadas. Esses estudos só ratificam a relevância teórica e social da presente pesquisa, que para além da crítica, tem a finalidade de contribuir para a proposição

de novas políticas universitárias, tornando-a cada vez mais inclusiva no que tange ao ingresso, permanência e conclusão dos estudos na população feminina.

Ao compreender a importância e o entendimento para assegurar às mães universitárias, na próxima seção discorreremos a respeito das políticas assistencialistas para mães graduandas da UNESP, partindo do questionamento da existência e disponibilidade de creches universitárias, restaurantes universitários, moradias, bolsas de estudo destinadas às mães, grupos de apoio, licença a maternidade, acessibilidade e adequações para as mães, como fraldários e salas de amamentação.

3. AS NORMAS PARA INCLUSÃO DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS NA UNESP

As políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. Pode-se assim entender a política pública como:

Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. E mediante as políticas públicas que são distribuídas ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (PEREIRA, 2000, p. 59).

Ao se pensar em política pública faz-se necessária a compreensão do termo público e sua dimensão. Nesse sentido vale destacar que:

O termo público, associado a política, não é uma referência exclusiva do Estado, como muitos pensam, mas sim a coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões e ações públicas, que afetam a todos (PEREIRA, 1994, p. 58).

Na Constituição Brasileira, a proteção à maternidade e à infância é assegurada em seu artigo 6º como direitos sociais, assim como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Um importante marco regulatório presente na legislação, é a lei 6.202 de 17 de abril de 1975. De acordo com a referida lei, no percurso da gestação dentro de uma instituição de ensino, seja Educação básica e ou Ensino superior, as discentes grávidas têm o direito assegurado à maternidade, uma vez que essa atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto-lei n 1.044, de 1969.

Com essa legislação, fica estabelecido que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, a estudante em estado de gravidez terá direito a afastamento das atividades escolares, bem como estudará em regime de exercícios domiciliares, mediante atestado médico. Em condições excepcionais, o período de repouso pode ser aumentado, antes e depois do parto. Por fim, outro ponto relevante a ser mencionado é que está garantido nesta lei o direito à prestação de exames finais. Entretanto, a atenção à mulher gestante e mãe demanda outras iniciativas que sinalizem claramente a responsabilidade institucional pela garantia de seus direitos:

[...] a fim de reduzir as barreiras que dificultam e/ou impedem a conclusão do curso, enquanto mães, cuidadoras, trabalhadoras e universitárias, é urgente a adoção de algumas medidas, especialmente por parte da universidade, como a criação e destinação de sala específica para a amamentação e cuidados básicos com as crianças, com condições de limpeza adequadas e disponíveis a estudantes de todos os cursos; a flexibilidade nos horários das aulas; a preferência/prioridade na matrícula em disciplinas; a sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de ações que promovam o respeito às estudantes e as crianças; debates acerca das condições das estudantes mães e cuidadoras, a fim de propor novas estratégias; instalação de fraldários; a criação de um sistema de dados que verifique e acompanhe a permanência de estudantes mães [...] (SILVIA; GUEDES, 2020. p. 475).

A demanda histórica dos movimentos de mulheres, setores da educação e do movimento estudantil, foi garantida nas instituições Públicas de Ensino Superior (ES) a partir do Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010).

Em 2010, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação passou a apoiar os alunos e alunas em Instituições Federais de Ensino Superior por meio de um novo programa: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), que tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, já dispõe alguns pontos sobre o atendimento dos filhos das trabalhadoras:

Artigo 389 - 1. Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação (Incluído pelo Decreto-lei n 229, de 28 de fevereiro de 1967). 2 – A exigência do artigo 1 poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da

LBA ou de entidades sindicais. (Incluído pelo Decreto - lei n. 229 de 28 de fevereiro de 1967) (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, 1943).

A creche é um dever do Estado, direito da criança, das mães e da família. Demanda histórica da sociedade civil organizada, seja em sindicatos, sejam partidos políticos, fóruns de educação ou associação de moradores.

Um direito das crianças, mas é também um direito das mulheres responsabilizadas, na maioria das vezes, pelas tarefas do cuidado e da reprodução - o chamado trabalho reprodutivo (cuidar de filhos e filhas doentes, de idosos, de maridos e dos afazeres domésticos). Com todas essas responsabilidades atribuídas às mulheres, é necessário colocar em prática políticas públicas de apoio e compartilhamento dos trabalhos de reprodução da vida, que possibilitem a elas construir autonomia econômica (capacidade de providenciar seu próprio sustento e do que delas dependem), fator essencial para que se constituam como sujeitos de direitos. Neste sentido, nossa luta por creches tem dois aspectos indissociáveis: é um direito das crianças, mas é também um serviço essencial para a autonomia das mulheres (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p. 9).

A primeira creche universitária foi inaugurada em 1972, após reivindicações da comunidade, levaram a inauguração de mais quatro na década de 1970, totalizando cinco unidades em funcionamento. Os objetivos iniciais das unidades de Educação Infantil nas universidades federais estavam relacionados ao atendimento das necessidades trabalhistas, na medida em que a população atendida era formada, principalmente, por filhos de servidores públicos federais e, também, filhos de alunos das universidades (RAUPP, 2004).

Para contemplar o direito das crianças, filhos e filhas da comunidade acadêmica, nas creches universitárias a instalação desse tipo de equipamento social, o qual trouxe benefícios para a universidade, pois:

[...] essas necessidades direcionam as creches nas universidades a ampliarem suas funções para o âmbito da formação dos acadêmicos que atuarão nessa área. Esse conjunto de fatos relacionados às creches nas universidades impulsiona a maioria delas, no decorrer de suas trajetórias, à revisão de suas funções, direcionadas para atuar além da educação das crianças, impelindo-as a explorar outras possibilidades, tais como campo de estágio, campo de pesquisa e de observação. Diante desse panorama, percebe-se que os determinantes da expansão das creches nas universidades federais se originam em motivações exteriores às necessidades das crianças de 0 a 6 anos e, mais do que isso, exteriores à própria proposta da universidade. Além disso, a proximidade com a vida universitária acaba por agregar desafios importantes à reflexão sobre as crianças. A resposta que algumas poucas unidades têm conseguido dar na direção de uma prática que alie ensino, pesquisa e extensão parece ser uma luz a iluminar o debate sobre a pertinência dessas unidades de educação infantil no âmbito universitário (RAUPP, 2004, p. 206).

3.1. AUXÍLIOS FINANCEIROS E MORADIA

Na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) existe a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE), ela é responsável por atribuir auxílios financeiros e desenvolver ações de apoio aos estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Segunda COPE (2013), os auxílios de permanência estudantil são destinados aos estudantes regulares dos cursos de graduação da UNESP que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica com desígnio de reduzir os índices de retenção e evasão e tem como finalidade apoiar o estudante de graduação a se manter no local da realização do curso em que se encontra matriculado.

Alguns dos auxílios oferecidos pela UNESP são: moradia estudantil ou auxílio aluguel, auxílio especial para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, auxílio provisório para ingressantes em situação de extrema vulnerabilidade no período entre a matrícula e o resultado final do processo seletivo, auxílio transporte, subsídio de alimentação (COPE, 2013).

Ainda sobre o COPE (2013), para solicitar o auxílio o estudante deve estar regularmente matriculado e, além disso, deve “I - preencher formulário de inscrição, anexando os documentos pertinentes nele indicados; II - submeter-se à avaliação socioeconômica, acompanhada de entrevista, realizada por profissional do Serviço Social na Unidade Universitária” (COPE, 2013, s/p). Se o auxílio for aceito pela instituição, o estudante deverá cumprir com algumas regras para mantê-lo, como apresentar presença regular nas disciplinas e aproveitamento de 50% das disciplinas cursadas no ano anterior. Além disso, é necessário solicitar anualmente a renovação do auxílio.

Com a finalidade de manter na Universidade o aluno com comprovada carência socioeconômica, a UNESP oferece algumas modalidades de auxílio subsidiadas pela Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (Proec).

Quadro 1: Bolsas e auxílios oferecidos pela UNESP

BOLSA/AUXÍLIO	FINALIDADE	VALOR (REAIS)	TEMPO (MESES)
UNESP PRESENTE	Incentivar durante a licença maternidade	400 a 1500	6
PIBIC REITORIA	Iniciação científica	503	12
BAAE 1, 2, 3	Programas e Projetos técnico-acadêmico	350	12
AUXÍLIO SOCIOECONÔMICO	Apoiar o estudante de graduação	390	12
AUXÍLIO ALUGUEL	Auxílio financeiro concedido às Unidades Universitárias onde não há moradia estudantil ou quando as vagas oferecidas não são suficientes para atender a demanda.	280	12
SUBSÍDIO ALIMENTAÇÃO	Alunos complementados com auxílio socioeconômico	200	12

Fonte: COPE (Coordenadoria de Permanência Estudantil), 2023.

Analisando os auxílios fornecidos pela UNESP, não encontramos políticas direcionadas para as mães universitárias e seus filhos, sendo que abrir as portas do ensino superior para mulheres e mães não é o bastante para assegurar sua trajetória dentro da universidade e principalmente dar igualmente oportunidades para suas carreiras.

Refletindo especificamente sobre a moradia estudantil, também deveria ser viável o acolhimento das crianças, sendo que:

[...] ainda que os pais sejam beneficiados com o auxílio moradia, residir dentro do próprio campus seria muito mais conveniente, visto que isso trariam benefícios como buscar atividades voltadas dentro da própria universidade e pouparia tempo de deslocamento, podendo aumentar seu rendimento e engajamento nas atividades acadêmicas, além disso, não bastaria apenas acolher as crianças, mas oferecer condições para residirem dentro das moradias, desde a estrutura da própria residência até creches que oferecem com devidos cuidados, dando a mãe também o suporte emocional para seguir a jornada acadêmica (MESQUITA *et al.*, 2019, p 8).

O edital nº 21/2021 “Programa UNESP presente- investimento do retorno” é o único auxílio dedicado à permanência de discentes em período de licença maternidade e adoção na graduação e na pós- graduação, tem como finalidade incentivar, em caráter emergencial, a permanência de discentes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado acadêmicos ou profissionais) da UNESP que estejam, comprovadamente, em período de licença maternidade ou adoção a participarem da presente chamada. Serão concedidos auxílios com duração máxima de 6 meses, até o limite de recursos destinados ao presente Edital. 1. Os(as) estudantes de graduação receberão até 6 auxílios mensais de

R\$400,00, a partir da data de outorga do auxílio. 2. Os(as) estudantes de pós-graduação (acadêmicos e profissionais) receberão até 6 auxílio de R\$1.500,00, a partir da data de outorga do auxílio. 3. Cada auxílio terá duração máxima de até 6 meses a contar da data do nascimento ou adoção. 4. O início da vigência será o que consta do termo de outorga, não podendo ser concedidos auxílios retroativos.

O auxílio benefício é o resultado da luta das mulheres pelo direito de permanecer na Universidade, saiu como matéria do jornal G1 (2021), onde a UNESP criou um programa que oferece bolsas de estudo para alunas da graduação e pós-graduação que se tornarem mães durante os cursos, professoras também terão acesso ao benefício.

“Isso vai estimular tanto discentes e docentes a permanecer na Universidade e contribuir para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Quando uma estudante abandona seu curso ou pós, o País acaba perdendo porque ela poderia contribuir com novas ideias, desenvolvimento científico, com novos produtos para impactar o mundo”. Afirmou Maria Valnice Boldrin, pró-reitoria de pós-graduação da UNESP (G1, 2021, s/p).

Visando à falta de auxílios direcionados às mães, encontramos benefícios de direito a todos, onde podem ser aproveitados por estudantes mães:

Quadro 2: Benefícios para estudantes que podem ser aproveitados pelas estudantes mães

BENEFÍCIO	FINALIDADE	ATENDIMENTO
Restaurante Universitário	Ofertar uma refeição nutritiva e saborosa com baixo custo.	Estudantes e Servidores: técnico-administrativos e docentes
Atendimento psicossocial	Atender o indivíduo em seus problemas imediatos, informando e viabilizando seu acesso aos recursos existentes na instituição e fora dela	Estudantes e Servidores: técnico-administrativos e docentes
Dentista	Atendimento imediato	Estudantes e Servidores: técnico-administrativos e docentes
Médico	Atendimento imediato	Estudantes e Servidores: técnico-administrativos e docentes
Assistente Social	Atendimento às demandas e necessidades sociais de seus usuários	Estudantes e Servidores: técnico-administrativos e docentes

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Diante do exposto, é possível presumir que a Universidade oferece diversos benefícios para os estudantes, porém quanto ao grupo mães universitárias, não encontramos o mesmo resultado. As estudantes - mães podem usufruir de tais benefícios, entretanto são não ligados diretamente a elas, e não tem o mesmo resultado quando pensamos em permanência e evasão,

pois tais benefícios são atendimentos imediatos, sendo assim serão transferidas para unidades básicas de saúde e não terá nenhuma ligação com a universidade.

A única política para mães universitárias que encontramos é a creche universitária, que tem o objetivo o suporte social durante o percurso da formação acadêmica. Aquino (2018) relata um novo embate, desta vez protagonizado por mulheres estudantes universitárias que têm reivindicado “creche” para seus filhos como direito de conciliar maternidade e vida acadêmica. Creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico, dentre outras, como reproduzido abaixo.

Cumprir tal função [sociopolítica] significa, em primeiro lugar, que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. Em segundo lugar, creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico. Em terceiro lugar, cumprir função sociopolítica e pedagógica das creches e pré-escolas implica assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância. Em quarto lugar, cumprir função sociopolítica e pedagógica requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade. (BRASIL, 2009, p. 5-6).

De acordo com a UNESP (2022), os Centros de Convivência Infantil da Universidade Estadual Paulista/UNESP- tem como finalidade dar atendimento educacional e de cuidados a crianças a partir de três meses até 3 anos e 11 meses, dependentes de servidores (técnico-administrativo e docente) e de discentes, assegurando a mesma a formação indispensável para o exercício da cidadania e para o seu pleno desenvolvimento. Cujas criação em 1982, foi motivada pela necessidade de mães- funcionárias e docentes- terem seus filhos protegidos e cuidados enquanto se dedicavam às suas funções profissionais, tal como explicitado na portaria UNESP Nº70, de 19/01/82:

Artigo 1º: Os CCIs tem por objetivo proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento, ao atendimento e a socialização de crianças de até 7 (sete) anos de idade, filhos ou dependentes legais de servidor (técnico-administrativo e docente) da UNESP, que esteja no exercício de suas funções (UNESP, 1982, s/p).

O limite de idade de atendimento do CCI foi alterado para 3 anos e 11 meses a partir do ano letivo de 2016 para atendermos as exigências da Lei Federal Nº 12.796 de 04 de abril de 2013 que alterou o texto da Lei nº 9.394 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Esta informação foi compartilhada pela Comissão Técnica dos CCIs no Informativo nº 02/2015 divulgado no dia 20/07/2015 a todos os Centros de Convivência Infantil da UNESP (UNESP, 2022).

O Centro de Convivência Infantil, tem como finalidade dar atendimento educacional e de cuidados a crianças a partir de três meses até 3 anos e 11 meses, dependentes de servidores (técnico-administrativo e docente) e de discentes, assegurando a mesma a formação indispensável para o exercício da cidadania e para o seu pleno desenvolvimento (UNESP, 2022).

Quadro 3: CCI's da UNESP

NOME	CAMPUS	ANO DE FUNDAÇÃO	INSTITUTO
Cantinho Feliz	Araçatuba	1986	Faculdade de Odontologia
Casinha de Abelha	Araraquara	1979	Faculdade de Odontologia
Criança Feliz	Assis	1989	Faculdade de Ciências e Letras
Gente Miúda	Bauru	1986	Administração Geral
Pertinho da Mamãe	Botucatu	1986	Administração Geral
Pintando o sete	Franca	1982	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Pingo de Gente	Guaratinguetá	1982	Faculdade de Engenharia
Catatau	Ilha Solteira	1987	Faculdade de Engenharia
Recanto dos Pequeninos	Jaboticabal	1987	Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias
Prof. Helton A. Faleiros	Marília	1989	Faculdade de Filosofia e Ciências
Chalezinho da Alegria	Presidente Prudente	1987	Faculdade de Ciências e tecnologia
Unespinha	Rio Claro	2003	Instituto de Geociências e ciências exatas
Dente de leite	São José dos Campos	1987	Faculdade de Odontologia
Bagunça Feliz	São José do Rio Preto	1991	Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Os Centros de Convivência Infantil (CCIs), atendem os filhos de dependentes legais de servidores (técnicos administrativos e docentes) e de alunos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, de acordo com a resolução UNESP- 07 de 15/03/2013.

As vagas existentes serão preenchidas de acordo com o critério estabelecido no artigo 5º da resolução citada acima, estabelecida as seguintes proporções: 85 % para dependentes de servidores técnico administrativos e docentes; Até 15% para dependentes de alunos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) exceto para alunos do curso a distância.

Para a seleção de inscritos serão utilizados os critérios definidos no parágrafo acima: Nº de vagas disponíveis, de acordo com a faixa etária e período de frequência, capacidade física do prédio, avaliação da ficha socioeconômica e somatória dos seguintes critérios: a) A criança em período de aleitamento materno, b) Situação socioeconômica da família, c) Ordem cronológica de inscrição.

O jornal UNESP apresenta um grupo de cientistas que discutem a maternidade na carreira acadêmica. O Movimento *Parent in Science* (parentalidade na ciência) tem como objetivo levar ao ambiente acadêmico e às instituições universitárias discussões sobre os impactos da maternidade na produtividade de pesquisadoras mães. O grupo já tem mostrado através de artigos que os cuidados maternos trazem como consequência uma queda da produtividade das mães cientistas e que por muitos anos isso não tem sido levado em consideração no momento de avaliar e comparar currículos. O Movimento *Parent in Science* foi um dos protagonistas na conquista da licença maternidade no Currículo Lattes desde abril de 2021, mães cientistas já podem inserir no currículo da plataforma Lattes do CNPq o período de licença maternidade. *“É um grande avanço já que as cientistas mães terão a possibilidade de serem avaliadas de forma mais justa, indicando que a lacuna de produtividade foi pela dedicação na criação e educação de seus filhos”* diz Guacira Pauly, embaixadora do movimento *Parent in Science* da Região Sudeste. No início de 2020, quando o Núcleo Central do movimento divulgou as inscrições para o programa “Embaixadores do *Parent in Science*”, a doutoranda da UNESP-CLP Guacira Pauly foi uma das selecionadas! *“Isso possibilita que as discussões sobre os desafios enfrentados pelas pesquisadoras mães fiquem mais presentes no dia a dia da universidade, abrindo portas para que as questões levantadas sejam direcionadas à criação de políticas públicas de apoio à maternidade na ciência”*, diz Guacira (CLP UNESP, 2021).

A Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP entrevistou mulheres da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, sobre os desafios da maternidade no meio universitário, as alunas comentaram que a conciliação do ambiente acadêmico com a

maternidade também é um desafio. As docentes ressaltam como é importante que a mulher tenha uma rede de apoio para que consiga conciliar a vida profissional com a maternidade, segundo elas:

“Vivemos numa sociedade patriarcal com profundas raízes culturais machistas, logo os julgamentos surgem em decorrência dessas visões limitadoras quanto às escolhas que homens e mulheres podem fazer durante suas vidas. Mas acredito que as próximas gerações tendem a desenvolver outras visões de mundo menos estereotipadas e mais igualitárias com relação a questões de gênero” (CLP UNESP, 2020).

As pesquisas relatam a importância do CCI para a volta das mães à universidade, de como abre a oportunidade de ter o filho seguro e seguir sua carreira, onde a universitária não é vista como uma simples aluna e sim um mãe, uma mãe que precisa ser acolhida e que precisa de assistência, onde o trabalho e estudo flui com tranquilidade sabendo que o filho está boas mãos.

A conciliação do ambiente acadêmico com a maternidade é desafiante, todos os dias são desafios a serem enfrentados, são idealizações derrubadas dia após dia e a quebra da romantização da mãe moderna que trabalha, estuda e luta, onde ela tem que se adaptar às dificuldades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se nasce mulher, torna-se mulher (BEAUVOIR, 1980)

Constituir esta pesquisa foi de grande relevância pessoal para a pesquisadora. Como citado na introdução, trata-se de uma pesquisa estreitamente interligada com questionamentos pessoais. Não se faz necessário grande conhecimento científico para saber que ser mulher é uma luta diária perante a sociedade, porém ser mãe e também estudante são fatores que corroboram negativamente com todo peso que as mulheres carregam.

Embora existam legislações que competem garantir equidade a todos, as práticas ainda são muitíssimo restritas e, muitas vezes, se faz menos maçante desistir da graduação do que continuar lutando contra questões políticas, sociais e, no caso desta pesquisa, acadêmicas. Garantir que uma mulher tenha direitos sociopolíticos soa de modo exaustivo, visto que diversas instâncias precisam ser contatadas para garantir um direito tão básico, como a educação.

Ao selecionar, analisar e refletir acerca dos artigos selecionados para elaborar esta pesquisa, concluiu-se que a universidade carece de ações voltadas ao atendimento de estudantes de graduação com filhos ou filhas. Além disso, a mesma postura se observa na falta de atenção e invisibilidade das mães universitárias em relação a políticas de permanência. Quando pesquisado os benefícios e políticas de permanência na universidade não encontramos documentos relacionados diretamente a mães universitárias, encontramos diversos benefícios aos estudantes, porém sem nenhum privilégio a mãe universitária. Entrever a universidade oferece a creche universitária, onde podem ter condições que possam vivenciar a maternidade e as aspirações profissionais pessoais.

As mulheres/mães universitárias estudantes da UNESP frequentemente têm a necessidade de especular se determinados auxílios possibilitam ajudá-las, mesmo que o público alvo destes auxílios claramente não sejam pensados e colocados para elas. Sendo assim, pensar na inclusão das mães ainda é uma realidade considerada distante.

Considerando as dificuldades encontradas para estudar e ainda ser mãe, pouco foi pensado acerca de grupos de convivência para mães universitárias. Ou seja, além de não possibilitar auxílios específicos e direcionados a mães, também não existem espaços para que mães possam compartilhar e, até mesmo, sugerir soluções para determinadas questões. Sabe-se que grupos de convivência são imprescindíveis tanto pelo diálogo quanto pela escuta, assim como aponta Duarte *et. al.* (2013) “estimula as mães a expressarem os sentimentos, a refletir sobre a situação vivenciada e as implicações da situação em seu cotidiano (s/p)”.

Portanto, considera-se visível a ausência de espaços para as mães dentro dos centros universitários, especificamente na UNESP.

Como sugestão para pesquisas futuras, há proposta para analisar a quantidade de mães universitárias dentro da instituição, desenvolver estudos sobre permanência, maternidade e evasão, quais benefícios podem ser priorizados para mães universitárias, quantidades de vagas no CCIs, apoio psicológico voltado a maternidade, grupos de rede de apoio auxiliados por terapeutas e assistentes sociais, construção de fraldários nas instituições, analisar plano de desenvolvimento institucional, debates acerca das condições de estudantes mães e cuidadoras a fim de propor novas estratégias.

A partir desta pesquisa observou-se a relevância e contribuição significativa deste tema para a comunidade acadêmica e sociedade, abrindo espaços para novos olhares, direitos e debates em relação às mães universitárias. Inserir equidade no âmbito social têm sido uma grande luta político-social e, ao realizar esta pesquisa, conclui-se que inserir mulheres mães no ambiente educacional é algo que ainda necessita de maior atenção e, principalmente, incentivos nos mais diversos aspectos.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. R. de; OLIVEIRA, I. F. de; SEIXAS, P. de S. Programa Nacional de Assistência Estudantil em uma universidade pública. **Psicol. pesq.**, v. 13, n. 2, p. 191-209, Juiz de Fora, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472019000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 7 Set. 2023.
- AMORIM, T. C. S. A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: um olhar para a qualidade. AMORIM, Teresa Cristina Sousa. Anais IV FIPED Fórum Internacional de Pedagogia. **Realize Editora**, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/571>. Acesso em: 01 Jun. 2021.
- AS SUFRAGISTAS. De Abi Morgan, com direção de Sarah Grovan e produção de Allison Owen, Faye Ward. Lançado em 26 de outubro de 2015, 1:46:54.
- AQUINO, L. M. L. Pelo direito de ser mãe e estudante”: Educação Infantil na pauta estudantil universitária. **Revista Zero-a-seis**, v. 20 n. 37, [S.l.] 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n37p42>. Acesso em: 7 Set. 2023.
- BEAUVOIR, S. de. O Segundo Sexo, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 1980.
- CARVALHO, R. A. **Muro das palpitações**: um manifesto de mães universitárias. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Uberlândia/MG, 2020, 50p.
- DUARTE, E. D.; DITZ, E. da S.; SILVA, B. C. N.; ROCHA, L. L. B. Grupos de apoio às mães de recém-nascidos internados em unidade neonatal. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 14, núm. 3, 2013, pp. 630-638. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027991020.pdf>. Acesso em 10 Set. 2023.
- G1. Unesp cria bolsa-auxílio para estudantes que se tornarem mães durante graduação e pós: valor começa a ser pago a partir de 2022. As alunas que se tornarem mães durante a graduação receberão R\$400; para a pós-graduação, o valor será de R\$1.500. **G1**. São Paulo, dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/01/unesp-cria-bolsa-auxilio-para-estudante-s-que-se-tornarem-maes-durante-graduacao-e-pos.ghtml>. Acesso em: 7 Set. 2023.
- HIRATA, H. Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: **Boitempo editorial**, 2012.
- KAUR, R. **Meu corpo/minha casa**. Trad. Ana Guadalupe. São Paulo: **Editora Planeta**, 2020, p. 168.
- MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 5.ed. Tradução de Reginaldo Santana. **Editora Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1980.
- MESQUITA, A. P.; SILVA, G. F.; SANTOS, C. A. N.; PEREIRA, L. A. S.; DIAS, F. M. R.; VASCONCELOS, M. H. S.; LEITE, E. P. C. C.; TEIXEIRA, J. K. S.; LEONCIO, A. K. S.; RODRIGUES, E. B. “Quem pariu Mateus que balance”: A reprodução do patriarcado e a

- solidão das mulheres/mães universitárias no cuidado com os/as filhos/as. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** - Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”. Brasília. 2019. Disponível em:
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/722/704>. Disponível em: 7 Set. 2023.
- OLIVEIRA, Z. M. R. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação**, [S.l.], v. 14, n. 1 (1988). Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402>. Acesso em: 7 Set. 2023.
- PAULY, G. de F. E. Grupo de cientistas discutem maternidade na carreira acadêmica: aluna de doutorado da UNESP de São Vicente é embaixadora do movimento *Parent In Science*. **CLP Unesp**. São Vicente, 2021. Disponível em:
<https://www.clp.unesp.br/#!/noticia/297/grupo-de-cientistas-discutem-maternidade-na-carreira-academica/>. Acesso em: 7 Set 2023.
- PEREIRA, P. A. P. Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências. Brasília: **NEPPOS/CEAM/UnB**, 1994.
- RAUPP, M. D. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 86, p. 197–217, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/FjYLYkRgLGmnWY3CsGJw6gR/#>. Acesso em: 7 Set. 2023
- SAALFELD, T. Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Thaís Saalfeld – 2019. Dissertação (mestrado) - **Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Rio Grande/RS, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.furg.br/handle/1/8568>. Acesso em: 7 Set. 2023.
- SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: **Quatro Artes**, 1969.
- SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 5, n. 8, p. 47-59, 2001. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000100004>. Acesso em: 8 Jan. 2023.
- SILVA, C. A. Mães e universitárias: contribuições de projeto assistencial para permanência na universidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 84-96, 1 ago. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59592>. Acesso em: 7 Set. 2023.
- SILVA, M. C. R. DA F.; GUEDES, C.. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 3, p. 470–479, set. 2020.
- SIMÃO, A. B.; COUTINHO, R. Z.; GUEDES, G. R. Desejo de ter filhos em mulheres de alta escolaridade: conflitos, mudanças e permanências. **Rev. Bras. Est. Pop.** v. 37, p. 1-23, Belo Horizonte, 2020.
- SOARES, B. V. P.; DIAS, M. J. S. Creche nas universidades: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes-mães na graduação. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1 n. 1, [S.l.], 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22243>. Acesso em: 7 Set. 2023.

TAUIL, T. I. Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico. Monografia (Graduação). **Universidade Federal de Ouro Preto**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas. 2019. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2524/15/MONOGRAFIA_Pol%C3%A DticasP%C3%BAblicasM%C3%A3es.pdf. 7 Set. 2023.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: **Cadernos Marxistas**, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Portaria **UNESP** n. 70, de 19 de janeiro de 1982.

Disponível em:

https://www.iq.unesp.br/Home/Extensao/res.-unesp-78_16-auxilio-permanencia-estudantil.pdf. Acesso em: 10 Set. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. CCIs: que lugar é esse?. **Faculdade de Ciências e Tecnologia - Câmpus de Presidente Prudente**, 2022. Disponível em:

<https://www.fct.unesp.br/#!/administracao/nbspccl/ccis-que-lugar-e-esse/>. Acesso em: 10 Set. 2023.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta.

In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos. **EDUFBA**, Salvador, 2011. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 7 Set. 2023.

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade-vida universitária. **Dossiê Educação**, v. 2, n. 4, [S.l.], 2009.

Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1094>. Acesso em: 8 Jan. 2023.

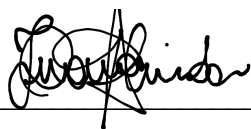
URPIA, A. M. de O. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante / Ana Maria de Oliveira Urpia. – Salvador, 2009. Dissertação (mestrado) – **Universidade Federal da Bahia**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Disponível em:

https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 7 Set. 2023.

VASCONCELOS, R. T. Tornar-se mãe durante a formação acadêmica: analisando a percepção de alunas mães e gestantes do curso de educação física acerca dos saberes construídos e os desafios da formação. TCC (Bacharelado em Educação Física) – **Universidade Federal de Pernambuco**, CAV, Bacharelado em Educação Física, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/43869/1/Vasconcelos%20Ra%c3%adza%20Torquato.pdf>. Acesso em 7 Set. 2023.

Rio Claro , 26 de Setembro de 2023



Aluna : Luana Gomes de Almeida

Orientadora : Joyce Mary Adam